

Tem até fantasma no Park Way

Lista de concessionários na área tem 15 nomes de pessoas desconhecidas no lugar. Fiscal pede uma investigação

Kátia Marsicano
Da equipe do Correio

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante encaminhou à Procuradoria do Distrito Federal um pedido de investigação sobre os critérios que foram utilizados para a concessão de uso do solo de 41 chácaras do Setor de Mansões Park Way. Uma lista das pessoas que seriam beneficiadas foi publicada no Diário Oficial do DF, em dezembro, e modificada no mês passado, diminuindo para 26 o número de beneficiários.

A primeira lista, publicada na página 3 DODF do dia 21/12/99, incluía 15 pessoas desconhecidas na comunidade junto com agricultores que ocupam a área há mais de 30 anos. Pela Resolução nº 217 da Fundação Zoobotânica do DF (extinta pela Lei 2.294, de 21 de janeiro de 2000), as concessões se referiam a chácaras nas quadras 15, 16, 17, 21, 24 e 25 do Park Way.

"Tem fantasmas nessa lista. Precisamos entender qual foi o critério utilizado para essa seleção", argumenta o chefe do Serviço de Fiscalização da Administração, Yedson Faria. "Tem invasor de área pública sendo contemplado". Com a publicação da lista no DODF, os concessionários podem assinar o contrato e passam a ter direito sobre a terra durante 50 anos. O que ninguém entendeu até agora foi a composição da lista de aprovados. E pior: com endereços definidos e tamanhos de áreas especificados milimetricamente. Nenhum dos 15 foi localizado pelo Correio, para se explicar.

Segundo o secretário de Agricultura, Aguinaldo Lélis, ex-pres-

sidente do Conselho Deliberativo da Fundação Zoobotânica, a regularização do uso da terra é uma antiga reivindicação da Associação de Chacareiros do Setor de Mansões do Park Way (Achapark). "Foram eles que mandaram a lista para a fundação", justifica. "Mas ainda vamos ver quem vai ter direito à concessão".

Com a extinção da FZDF, Lélis garante que ainda será constituído um conselho para estudar caso a caso o processo de regularização das ocupações. Mas, segundo o ex-presidente da Fundação Zoobotânica, engenheiro agrônomo Rogério Dias, o processo não é esse. Quando os nomes dos beneficiários são publicados em Diário Oficial é porque já foram aprovados em reunião do Conselho Deliberativo. E não tem mais volta. "A publicação significa que todos têm direito à concessão", afirma ele.

Outro que tenta dar uma explicação para o surgimento de 15 nomes desconhecidos entre os chacareiros é o presidente da Achapark, Aurélio Eufrásio de Oliveira. "Essa lista foi formada durante uma reunião na associação", conta ele. "Acho que a Fundação Zoobotânica foi precipitada ao publicá-la". Aurélio, que é um dos beneficiários, diz que só depois descobriu que tinha gente estranha na relação de chacareiros e por isso providenciou uma outra lista para a FZDF, só que desta vez com 26 nomes e não mais 41.

Como consertar a confusão, ainda não se sabe. O fato é que muita gente já devia estar comemorando a inclusão do nome entre os agraciados a uma concessão de uso. A área, extremamente fértil, situa-se nas proxi-

Carlos Moura



Gualberto Nunes disputa na Justiça uma chácara que a vizinha resolveu encampar. A cerca da área que ele ocupa foi derrubada

midades dos córregos do Cedro e Mato Seco, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Gama Cabeça de Veado, e por isso controlada por técnicos da Emater e Secretaria do Meio Ambiente.

DISPUTA DE TERRA

As áreas de maior concentração de desconhecidos entre os chacareiros são as quadras 15, 16 e 17, onde os moradores e caseiros confirmam os "fantasmas". Um dos exemplos é o caso da proprietária de uma mansão na quadra 15, que se recusa a ser identificada. Além de reivindicar o lote contíguo ao seu, que já está devidamente cercado há mais de 30 anos, incluiu o nome da nora, moradora da mesma casa, na lista de concessionários.

Oficialmente, ela é dona de 2

mil hectares. A área ao lado, no entanto, chega a 5 hectares, mais que o dobro do lote original. Como as concessões são de até 2 hectares, a nora (funcionária do GDF) ficaria com outros dois, garantindo assim 4 hectares com concessão de uso. Detalhe: na segunda lista elaborada pela Associação de Chacareiros, o nome da nora desapareceu.

Mas a história não pára por aí. O vizinho, o músico Gualberto Nunes (o Beto da dupla Beto & Braga), não se conforma com o tamanho da área pública cercada por ela e foi parar na Justiça. Apesar de também não ter sequer um documento que lhe garanta a posse (nenhum chacareiro tem documentos, porque a ocupação no local começou como invasão e as vendas foram

feitas por meio de cessões de direito), Gualberto não quer sair perdendo.

A vizinha, por sua vez, se respalda na Lei 1.519, de julho de 1997, do então deputado Peniel Pacheco, que permite o cercamento de espaços verdes contíguos aos lotes. O que a lei não diz é o tamanho da área que pode ser cercada, mas é clara ao proibir edificações. No ano passado, fiscais da Administração Regional chegaram a derrubar um pequeno barraco construído no local. E é essa área que poderá ser transformada em chácara, com a assinatura da concessão de uso.

Enquanto ninguém sabe quem é dono (ou concessionário) do quê, há um tira-e-bota de cerca sem fim. "A minha cerca, que estava aqui, foi arrancada", diz

Gualberto, mostrando o local onde agora estão plantadas algumas bananeiras e pés de aipim.

Para perceber que nem todos os beneficiados são chacareiros, basta um pouco de paciência para percorrer o local. A moradora mais antiga da quadra 17, Joana França Reis, 65 anos (dos quais 39 na chácara), reconhece poucos nomes na lista. E os outros? Ricardo, Jacques, Biron, Rejane e Frederico? "Nunca ouvi falar, não...", garante, na porta da pequena casinha de madeira onde mora.

Ainda com relação ao Park Way, está confirmado para hoje o debate entre deputados distritais e moradores, na Câmara Legislativa, para discutir o projeto de parcelamento suspenso pelo governo na última segunda-feira.